

POSSIBILIDADES PARA A AGRICULTURA FAMILIAR NA VALORIZAÇÃO DOS MERCADOS DE PROXIMIDADE

Samuel Tafernaberi Vasques

Hieda Maria Pagliosa Corona

RESUMO: Este trabalho apresenta uma breve revisão de elementos da crise ambiental atrelada à modernidade e à modernização, assim como suas consequências na configuração social agrária. A agricultura envolvida num cenário de globalização e pressão dos mercados em torno do aspecto produtividade não tem o devido enfoque voltado à relação entre atores sociais e seu meio ambiente. Neste cenário, analisam-se as possibilidades de enfrentamento da crise pelos agricultores familiares na perspectiva dos mercados de proximidade.

PALAVRAS-CHAVE: Agricultores familiares; Crise ambiental; Inserção em mercados; Modernidade; Modernização.

ABSTRACT: This article presents a brief review of the environmental crisis, linked to modernity and modernization and its consequences in the agrarian social settings. Agriculture in the context of globalization and market pressure on the aspect of productivity does not have the proper approach to the relationship between social actors and their environment. In this context, we analyze the possibilities of family farmers to overcome the crisis from the perspective of local markets.

KEYWORDS: Family farmers; Environmental crisis; Insert markets; Modernity; Modernization.

1 INTRODUÇÃO

A crise ambiental decorrente dos processos de modernidade e modernização atrelados à reprodução do capital traz a tona o debate de quais são as possibilidades de superação para a crise. Este trabalho traz como proposta uma breve revisão de elementos da crise ambiental, atrelada à modernidade e à modernização, e suas consequências na configuração social junto à área rural.

Nesse contexto, buscaram-se referenciais teóricos para o entendimento da ruptura das relações entre humanos e a natureza, que passou de relações de integração para de dominação com justificativas de melhorar o bem-estar social. Essa ruptura foi a principal

consequência desse modelo atrelado à modernidade (GIDDENS, 1991) e à globalização ao marginalizar o significado de lugar (ESCOBAR, 2005).

Diante destas mudanças globais, a análise tratou das alterações junto à dinâmica rural e de seus agentes envolvidos local e historicamente. Apontando, a partir destas, as possíveis causas da insustentabilidade do modelo hegemônico de modernização difundido globalmente a partir da Revolução Verde, assim como da inserção dos chamados impérios agroalimentares¹, que tradicionalmente excluem do sistema os agricultores familiares (PLOEG, 2008).

Neste ambiente de tensões há consenso sobre o impacto direto da dinâmica social dos agricultores envolvidos nas cadeias agroalimentares. Por outro lado, a inserção mercantil tradicional, a qual mantém relações de proximidade e valores de tradição, traz uma nova perspectiva de enfrentamento da crise. Conforme Ploeg (2008), os circuitos curtos entre produção e consumo - os chamados 'mercados de proximidade' (WILKINSON, 2008) - têm grande importância no fomento e construção social de economias locais e podem contribuir para os segmentos sociais que historicamente são marginalizados e excluídos pela modernização.

Entendidas as causas das mudanças na dinâmica rural e suas consequências para a agricultura familiar, busca-se entender quais são os desafios postos por este modelo de dependência, via institucionalização, entre indústria e produtores de matéria prima como forma preponderante de acesso ao mercado.

Este trabalho foi elaborado por meio de pesquisa bibliográfica. Foram consultadas várias literaturas com os temas da modernidade e da modernização: processos apontados como responsáveis por drásticas mudanças na dinâmica social rural e que vêm trazendo consequências que culminaram na crise ambiental, a qual afeta o mundo. Partindo desta problemática, o objetivo foi analisar as possibilidades de superação da crise pelos agricultores familiares na perspectiva dos já referenciados mercados de proximidade.

Segundo Ploeg (2008) o império é “[...] um modo de ordenamento que tende a tornar-se dominante”. Neste caso, a dominação acontece com o controle dos setores que envolvem a produção, os insumos, financiamentos, a distribuição, o processamento e a comercialização, junto ao setor agrícola e alimentar.

2 MODERNIDADE E MODERNIZAÇÃO NA DINÂMICA RURAL

A modernidade está associada à mudança social e paradigmática inerente ao processo de produção de conhecimento e ao modo de pensar da ciência. Desde o começo do século XVII, com o modelo racionalista do conhecimento de Rene Descartes, a ciência e suas 'descobertas' influenciaram as mudanças na organização social. O ideal de razão pura, os pressupostos de antropocentrismo e dominação, as distinções entre sujeito e objeto, entre outros, afetaram profundamente as dinâmicas sociais (GIDDENS 1991). Conforme este autor a modernidade pode ser entendida como uma mudança no estilo de vida, nos costumes e no formato social, ou seja, diferencia-se da tradição que orientava a sociedade. Nesse sentido, a organização social é marcada por interesses difusos e não imediatos. Onde a força motriz da organização social e material está na fundamentação científico-tecnológica orientada pelos sistemas peritos, ou seja, confiada aos profissionais especialistas e voltada principalmente à dimensão industrial. Do mesmo modo, as transações com dinheiro - uma ficha simbólica - efetivou a noção de relações globais, onde a noção de local e de tempo se desencaixou.

O progresso e a racionalização instrumental foram a base do projeto homogeneizante da modernidade que negou a natureza em prol do crescimento econômico. Com as revoluções industriais, a reprodução do capital vai ficando cada vez mais atrelada à modernidade, sendo uma das causas das grandes mudanças que afetaram os modelos produtivos e de organização nas dinâmicas urbanas e rurais. Por sua vez, a influência do capitalismo na racionalidade instrumental da ciência foi preponderante para a expansão do conhecimento e para a exploração de potencialidades da natureza com objetivos claros de apropriação produtiva e de acumulação do capital (LEFF, 2010).

Diante deste cenário de mudanças de vida, inerentes aos períodos de industrialização, as profundas modificações proporcionadas pela racionalização, pela inovação e pelos saltos tecnológicos transformaram não só o trabalho, mas fontes de certeza e as formas de se relacionar em sociedade. Ulrich Beck entende a modernização como:

“[...] o salto tecnológico de racionalização e a transformação do trabalho e da organização, englobando para além disso muito mais: a

mudança dos caracteres sociais e das biografias padrão, dos estilos e forma de vida, das estruturas de poder e controle, das formas políticas de opressão e participação, das concepções de realidade e das normas cognitivas” (BECK, 2010, p. 23).

O processo de modernização da agricultura mundial, que se difundiu desde a Revolução Verde, e a inserção do capital na agricultura modificaram profundamente as dinâmicas das relações socioculturais, ambientais e econômicas no contexto/espaço agrícola. A inovação ligada aos avanços dos conhecimentos científicos, quando se colocou à disposição da produção agrícola, foi considerada uma força perturbadora que afetou o equilíbrio de comunidades agrícolas (SCHULTZ, 1995).

O conjunto de tecnologias ofertadas como ferramentas para expansão de áreas de plantio e aumento de produtividade estavam alicerçadas na pujante cadeia de indústrias, as quais romperam os limites de exploração nacionais. Segundo Foster (2005), o ganho na produtividade agrícola a partir dos estudos sobre a química do solo e sobre adubos químicos de Justus von Liebig, entre 1830 e 1880, período que alguns historiadores chamaram de segunda revolução agrícola, foi o grande passo para o processo de industrialização da agricultura baseada no uso de insumos industrializados e maquinários.

As transformações tecnológicas foram fomentadas pelo discurso de serem a única possibilidade de solucionar o problema da fome e do subdesenvolvimento no mundo. Neste sentido, para a grande maioria dos países periféricos a adoção deste modelo representava a busca pela autossuficiência alimentar, tanto quanto a oportunidade de crescimento econômico e a possibilidade de superar o atraso tecnológico junto às sociedades tradicionais. Entretanto, o universalismo associado à modernidade afetou negativamente valores relacionados à tradição (TOURAINÉ, 1994).

A partir deste padrão de modernização, difundido e adotado por inúmeros governos como modelo de desenvolvimento do setor rural, houve uma ruptura com ordens sociais consideradas tradicionais, tornando “[...] as transformações envolvidas na modernidade mais profundas que a maioria dos tipos de mudança característicos dos períodos precedentes [...]” (GIDDENS, 1991, p. 14), principalmente em sociedades que historicamente manejavam os recursos naturais e, portanto, tinham relações de interação e não exploração da natureza.

O processo de industrialização e consumo globalizado nada mais que instrumentalizou a busca desenfreada do crescimento econômico. O modelo de exploração,

que por hora tratava o ambiente sem considerar seus limites de recursos, portanto de modo insustentável, trouxe resultados intangíveis no que se refere à questão ambiental. O ambiente, neste caso, é entendido de maneira que englobe as dinâmicas da natureza e da sociedade, portanto da cultura, da política, da economia e suas instituições.

3 CRISE AMBIENTAL

A visão antropocêntrica de apropriação e uso dos recursos naturais em favor do crescimento econômico ilimitado trouxeram riscos à sociedade e são os motivos da insustentabilidade deste modelo. Conforme Buttell (2000) existe uma dualidade na relação entre as sociedades e suas bases de recursos naturais, onde a visão antropocêntrica fundamenta uma sociedade que trata a humanidade como uma entidade separada, diferente da natureza e a considera como criadora de ambientes.

A crise ambiental é entendida como resultado da modernização, ou seja, da dinâmica de implantação de tecnologias e da reprodução do capital que demandam o uso indiscriminado dos recursos naturais (GIDDENS, 1991). A apropriação destes esteve sempre baseada “[...] na produção de bens de valor, específicos ao contexto histórico e cultural, para satisfação de necessidades materiais e interesses econômicos” (GUZMÁN; MOLINA, 2013, p 78).

Depreende-se das consequências da modernidade o entendimento de que degradação é subordinada aos modelos de crescimento desse modelo. Na exposição de Leff (2009, p.17) é recorrente a ideia de que “[...] a degradação ambiental se manifesta como sintoma de uma crise de civilização, marcada pelo modelo de modernidade regido pelo predomínio do desenvolvimento da razão tecnológica sobre a organização da natureza”.

A modernização tem aprofundado a dicotomia entre sociedade e natureza. No entanto, as consequências dessa relação evidenciam que o ambiente afetado pela crise não é redutível a ponto de separar sujeito e objeto. Vale destacar que a dimensão da crise ambiental, fundamentada no modelo hegemônico, extrapola os eminentes problemas como a poluição, como a contaminação e como a depredação ambiental, pois necessariamente integra as dimensões sociais, econômicas e culturais à natureza.

A difusão dos modelos tecnológicos e produtivistas atrelados à ideia de bem estar social não tem demonstrado correlação com a melhoria na qualidade de vida da sociedade.

Os índices de aumentos de produtividade, vistos safras após safras, por exemplo, tiveram reflexos ínfimos na redução da miséria, dos riscos de segurança alimentar ou de melhorias na saúde da população.

Desta forma, Buttel (2000) ressalta que as consequências da modernização extrapolam a dimensão da qualidade ambiental. Diante de uma sociedade cada vez mais excludente não há dúvida que a qualidade de vida é afetada pela interferência no meio ambiente, portanto os desafios ambientais impostos relacionam-se com a qualidade de vida e com as necessidades coletivas e das gerações futuras.

A demanda, frente à hegemonia das monoculturas e das cadeias agroalimentares, é de alternativas para transpor as relações degradadoras próprias dos impérios agroalimentares. Segundo Kuhn (2009), a busca de soluções às problemáticas de um determinado recorte temporal são as bases para as descobertas científicas, portanto para o conjunto de regras e métodos que possam ser amplamente utilizados e mudem o paradigma em crise.

Neste sentido, a confiança depositada na modernização, na expansão da ciência e nas tecnologias atreladas ao capital para resolver os problemas globais trouxe problemas também globalizados. De acordo com Giddens (1991, p.30), a confiança é atrelada aos sistemas peritos, “[...] sistemas de excelência técnica ou competência profissional que organizam grandes áreas dos ambientes material e social em que vivemos hoje”. Quer dizer, o fomento e a hegemonia das cadeias agroalimentares alicerçadas nestes ainda não respondem aos anseios das sociedades urbana e rural em termos de sustentabilidade, justificando a busca de soluções às problemáticas da crise em pauta.

A insustentabilidade associada ao crescimento econômico leva ao entendimento de que o modelo de crescimento apenas conduz ao seu próprio esgotamento, não sendo sinônimo de desenvolvimento. Inúmeros pesquisadores têm questionado as causas da degradação ambiental atreladas ao capital e o modelo hegemônico (SACHS, 2004; LEFF, 2009, 2010).

Diante desse processo surgem questionamentos em relação às consequências da degradação com a adoção dos pacotes da Revolução Verde e com os padrões de ensino, pesquisa e extensão rural que vigoram desde o pós-guerra.

4 MODERNIDADE E MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA: LIMITES E POTENCIALIDADES

No Brasil, as políticas de governo do regime militar para o desenvolvimento rural na década de 60 foram focadas na modernização do setor agrícola e na especialização produtiva em commodities para exportação. Neste íterim, foi acordado entre o governo norte americano e os países latino-americanos a “Aliança para o Progresso” onde, para a difusão de pacotes tecnológicos, foram adotados os modelos de assistência técnica e extensão rural (NUNES, 2014).

A década seguinte, com a concessão de crédito pelo governo aos médios e grandes produtores, solidificou a dependência da agricultura com a indústria e o capital. Os financiamentos para adoção dos pacotes tecnológicos na figura dos adubos, inseticidas, fungicidas, herbicidas e as sementes melhoradas foram essenciais para essa mudança na dinâmica das relações do espaço rural. Diante desta expansão de mercado, através do fomento da demanda de crédito e do consumo, a ordem social dos agricultores basicamente foi reconfigurada na figura de fornecedores de matéria-prima para intermediários, geralmente complexos agroindustriais ou atravessadores (WANDERLEY, 2000), sendo essa a principal característica da agricultura onde se produz em escala para mercados distantes.

Nessa perspectiva de globalização, a terra, a propriedade e o ambiente perderam valores de pertencimento e de meio de vida, configurando-se como um bem para reprodução do capital. Essa configuração do modo de usar e reproduzir os recursos remete à distinção entre agricultores familiares e camponeses.

Diante deste quadro de transformação social, o modelo de mercado foi marcante para os agricultores e suas dinâmicas de produção tradicionais. A base da organização sociocultural dos produtores sempre esteve na sua forma de relacionamento entre homem e natureza, uma vez que se consideravam parte da natureza e de seus ambientes produtivos construídos historicamente. Essa forma de se relacionar com as dinâmicas da natureza eram vinculadas à categoria de camponeses (NOGAARD, 1994 apud GUZMÁN; MOLINA, 2013).

Para os camponeses o enfoque da produção agrícola não é para o mercado globalizado, com adesão à ciência voltada à modernização, ou na integração com as indústrias do setor, pelo contrário, o foco é a autonomia e a sustentabilidade em relação ao mundo moderno. Assim sendo, o manejo sustentado dos recursos naturais é inerente ao

modo de produção de suas unidades agrícolas e à autonomia na reprodução das famílias em relação à dependência de mercado (PLOEG, 2008).

Distingue-se nesse processo de ruptura, de dicotomia entre natureza e sociedade, a categoria de camponeses e agricultores familiares. Vale ressaltar, também, que as dinâmicas locais e as peculiaridades de aspirações sociais podem ser não globalizadas. A partir desse entendimento, existe a possibilidade de se perpetuar um desenvolvimento local, democrático, distributivo, equitativo e não meramente econômico (GUIMARÃES, 2001).

O elo entre agricultores e a natureza não necessariamente se rompe na dinâmica do camponês que se insere em processos mercantis, mudando sua categoria para agricultor familiar, pois em mercados de proximidade existe a possibilidade de que valores não mercantilizados influenciem novas relações de trocas não monetárias, reatando a relação de tempo e espaço nas interações face a face.

Historicamente, para as sociedades agrárias o tempo sempre foi contextualizado; as relações sociais eram de compromissos firmados em trocas de serviços e/ou produção. Desta forma, a partir da mercantilização, da criação do símbolo da moeda, as relações tornaram-se instantâneas, transformando assim o conceito de tempo. Não diferente foi à anulação do compromisso que antes era firmado nas trocas estabelecidas com confiança (relação de dívida e crédito), realizadas num contexto e local conhecido.

Houve, portanto, uma mudança nas relações sociais de troca para relações momentâneas, permeadas pelo símbolo do dinheiro. Essa “ficha simbólica”, definida por Antony Giddens, que permite a troca de qualquer coisa por qualquer coisa, foi responsável pela transformação do tempo e, por conseguinte, do espaço. As relações sociais que eram face a face tornam-se sem contexto (ao separar o tempo do espaço) uma vez que, com a modernização, as relações sociais são globais e instantâneas. Segundo Giddens (1991), a modernidade nas relações sociais foi determinante na quebra das relações de proximidade, assim os agentes locais passaram a ser influenciados à distância por agentes localmente distantes. Diante da mudança nas relações sociais, uma das categorias mais afetadas foi a de agricultores, que tem por característica ser proprietária da terra onde a família vive e trabalha. Tal categoria possui um perfil de distribuição de renda, maleabilidade nos processos decisórios e valorização de um modo de vida que associa conceitos de cultura, tradição e identidade (VEIGA, 1996).

Já os agricultores familiares diferenciam-se da categoria anterior, pois possuem, apesar de serem tratados como empresários agrícolas, atributos de adaptação a cada

contexto da realidade local e peculiaridades que são sistêmicas e complexas em suas relações. Para Ploeg (2014), existem dez qualidades que podem ser interligadas entre si e entre o estabelecimento familiar, entre as quais se sobressaem: o controle dos seus principais recursos; provimento da maior parte de sua força de trabalho; a família é proprietária do estabelecimento; a propriedade prove renda, alimentos e nutrição; o estabelecimento é o lar da família, lugar de pertencimento e não só um lugar de produção; é parte de um fluxo que une passado, presente e futuro; é lugar de aprendizado, sendo o local onde as experiências são acumuladas; é um lugar onde se vivencia e se preserva a cultura; a família e o estabelecimento são também partes integrantes da economia rural; e há conexão com a paisagem rural, seu meio ambiente.

Nesta perspectiva, a agricultura familiar, com sua principal característica de adaptação frente às adversidades da economia globalizada, apresenta vantagens para o desenvolvimento local sob o prisma da sustentabilidade. Abramovay (2007) salienta que a racionalidade da organização familiar ampara-se na capacidade que esta tem de se adaptar adequadamente ao meio natural, social e econômico em que se desenvolve.

Agentes locais como agricultores têm em suas redes de relações construídas historicamente a possibilidade de reconexão entre homem e natureza, entre sociedade e natureza e entre tempo e espaço. Logo, vislumbra-se que entre as diferentes modalidades de inserção dos produtores no mercado, quando há possibilidade de contato entre consumidor e produtor, possam surgir novas dinâmicas sociais para superar a crise ambiental posta pelo modelo.

5 POSSIBILIDADES (MERCADOS DE PROXIMIDADE)

A inserção nos mercados de proximidade é uma das possibilidades para os agricultores pressionados pela homogeneização do modelo econômico e tecnológico. Nestes mercados há exigências de valorização de outras dimensões do território que não somente a econômica. O grande diferencial nas cadeias curtas de comercialização é a possibilidade de alianças, de construção de mercados através de grupos organizados com o mesmo objetivo, corroborando com o 'poder de agencia', evidenciado por Giddens (1991), que pode conformar as estruturas locais.

Como exemplos de cadeias alimentares curtas entre produtores e consumidores, isto é, entre as formas de integração mercantis mais acessadas no contexto atual, podemos

citar a venda direta na propriedade, venda em sacolões, em feiras e aos programas institucionais. Uma grande mudança nas últimas décadas foi o acesso aos chamados mercados institucionais onde, através de políticas públicas do governo federal, muitas foram às evoluções e oportunidades criadas para a comercialização da produção dos alimentos oriundos da agricultura familiar, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Estes mecanismos são importantes para a reconexão entre produtor e consumidor, pois segundo Guzmán e Molina (2013) os canais curtos de comercialização surgem como uma proposta alternativa para organizar o atual sistema alimentar no contexto da globalização.

Por outro lado, a globalização e os impérios agroalimentares excluíram conceitos relacionados à valorização cultural, à tradição, ao natural, aos saberes enraizados e ao pertencimento que concernem aos mercados de qualidade, de produtos típicos e de economias locais. Essa transformação dos alimentos pela modernidade em mercadoria padronizada é uma preocupação frisada por Touraine (1994) e Ploeg (2008).

Os mercados locais têm potenciais de gestão participativa, valorização ecológica, maior equidade, maior diversidade cultural e de valores éticos que fundamentam, de acordo com Leff (2009, p. 61), “[...] o desafio de gerar estratégias que permitam articular estas economias locais com a economia de mercado nacional e mundial”.

Frente ao enfraquecimento do local pela globalização é fundamental o planejamento de mercados que propiciem inserção e construção coletiva pelos agricultores atrelados ao local. Sendo assim, o sentido de pertencimento, de valor cultural e cuidado com o meio ambiente, por ser este a fonte de recursos da família, atrela os valores sociais e ambientais à comercialização da produção de agricultores familiares. Neste sentido, o local sempre será a o espaço socialmente construído sem dicotomias entre sociedade e natureza (ESCOBAR, 2005).

A persistência dos mercados de proximidade é explicada pelas ‘redes sociais’ de Granovetter (1985, apud WILKINSON, 2008), onde a expansão do mercado se dá pela notoriedade deste e pela expansão das redes sociais, ou seja, uma difusão através da popular propaganda boca a boca.

Essa conjuntura de ampliação das redes com o agenciamento de pessoas, entidades e objetos é inerente à matriz teórica das pesquisas de Callon (2004) entorno do entendimento do ‘poder de agencia’ - entendido como a capacidade de cada elemento de

determinada configuração ter capacidade de atuação. Esse modelo de mercado de proximidade tem na teoria de ator rede a fundamentação para a construção de proposições sem regras impostas pelo mercado. Neste caso, as redes se constituem pela participação dos atores envolvidos, ou seja, as ações partem de ideais construídos pelo grupo e se difunde com o agenciamento nas ações participativas.

Quando existe a possibilidade de tratar com ética e democracia o planejamento de ações para o desenvolvimento das sociedades agrárias, um dos possíveis modelos, segundo Ploeg (2008, p.20), “[...] centra-se na construção e reprodução de circuitos curtos e descentralizados que ligam a produção e o consumo de alimentos e, de forma mais geral, a agricultura e a sociedade regional”. Ao incluirmos tais dinâmicas nas relações de produção e comercialização de produtos agrícolas, outras dimensões não apenas econômicas são valorizadas. Esta oportunidade de inclusão traz a tona o valor da autonomia perante os impérios alimentares e se oportunizam novas formas de desenvolvimento e configuração da sociedade.

Pelo conjunto de importâncias levantadas relativas aos modos de relacionamento entre sociedade e natureza, entre produção e consumo evitando intermediação industrial, evidencia-se nos circuitos de comercialização o fomento à economia de seu espaço, à valorização do conhecimento e da cultura local, à oportunidade de construção de mercados mais democráticos e à perpetuação de alimentos tradicionais. São estas peculiaridades que apontam para alternativas à crise, baseadas em maior autonomia em relação à dinâmica de especulação do capital e em valores de sustentabilidade.

6 CONSIDERAÇÕES

Os mecanismos de inserção de agricultores locais no mercado são uma das possibilidades de configuração local e regional da dinâmica que integra sociedade e natureza, produtor e consumidor em suas trocas, reorienta tempo e espaço e que ressignifica valores de confiança e reciprocidade, diferenciando-se do modelo globalizado e de sua pretensão de reconfigurar o mundo sob os pressupostos da ciência racionalista, da técnica e do mercado.

A comercialização, quando envolvem relações face a face, implica em misturas, em relações de trocas. Nestas, o sentimento de cuidado é gratuito e inerente aos produtos produzidos de forma artesanal, pois atestam honra e remetem ao prestígio da família

conservado nos produtos comercializados. É justamente nestes valores envolvidos que se misturam essências, almas, fundem-se culturas e sentimentos de pertencimentos. Segundo Mauss (2013), essas trocas levam a alma dos atores que trocam, formam vínculos de um de energia espiritual, são elas que configuram a dádiva, ou seja, obrigações de dar, receber e retribuir. “[...] Ademais, o que eles trocam não são exclusivamente bens, riquezas, bens moveis e imóveis, coisas úteis economicamente. São, antes de tudo, amabilidades [...]” (MAUSS, 2013, p.14).

O simples fato de existirem modelos alternativos ao hegemônico, às cadeias agroalimentares longas e à universalização cultural demonstram que não existe a necessidade dos sistemas peritos e sua institucionalização, via integração produtor-indústria, como única forma e garantia de desenvolvimento rural.

A globalização deve, portanto, perceber o mundo a partir das práticas dos diferentes lugares, pela conjugação destas culturas locais. As alternativas para uma reconstrução do mundo que valorize as potencialidades de sustentabilidade do desenvolvimento estão na perspectiva do lugar, como ressaltado por Escobar (2005, p134), devido suas “[...] práticas e racionalidades culturais, ecológicas e econômicas”.

O desafio do estudo não almejou oferecer soluções e sim desafiar à pensar criticamente os processos de reconfiguração do ambiente pela modernidade, uma vez que os desafios foram postos e os limites do modelo hegemônico são conhecidos. A rica diversidade do Brasil tem inúmeros potenciais atrelados às peculiaridades culturais locais. Desta forma, as práticas e o conhecimento tradicional devem ser somados ao científico para que potencialidades locais dos modelos alternativos tragam novas perspectivas de sustentabilidade ao mundo.

Decorrente das perspectivas de mudança para a agricultura familiar nas relações de integração ao mercado, atreladas à modernidade e modernização, sugere-se novas pesquisas, incluindo a percepção de valores tradicionais de confiança e reciprocidade inerentes às relações de trocas em mercados de proximidade, como feiras-livres, onde os produtos vendidos levam uma parte da essência da família que os produziu.

Outra sugestão seria analisar as diferenças atribuídas pelos agricultores familiares, envolvidos, simultaneamente, nos mercados de proximidade e em cadeias longas, a fim de se verificar a existência ou não de diferenças nos modos de lidar com a comercialização nestas.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. São Paulo: HUCITEC, 2007.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco**: rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Editora 34, 1ºEd. 2010.

BUTTEL, Frederick Howard. Sociologia ambiental, qualidade ambiental e qualidade de vida: Algumas observações teóricas. In: HERCULANO, Selene et al. (Org) **Qualidade de vida e riscos ambientais**. Niterói: EDUFF, p.29 – 48. 2000.

CALLON, Michel. Por uma nova abordagem da ciência da inovação e do mercado: o papel das redes sócio-técnicas. In: PARENTE, A (org). Porto Alegre: Sulina, p.64-79, 2004.

ESCOBAR, Artur. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In: LANDER, Edgardo (org). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires, Argentina: CLACSO, 2005.

FOSTER, John Bellamy. **A ecologia de Marx**: materialismo e natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

GIDDENS, Antony. **As Consequências da Modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla; MOLINA, Manuel González. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. 2º ed. São Paulo: Expressão popular, 2013.

GUIMARÃES, Roberto P. A ética da sustentabilidade e a formulação de políticas de desenvolvimento. In: VIANA, G; SILVA, MARINA; DINIZ, N. (orgs). **O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

KUHN, Thomas Samuel. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2009.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. 7º ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

_____. **Discursos Sustentáveis**. São Paulo: Cortez, 2010.

MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva**: formas e razão da troca nas sociedades arcaicas. São Paulo: CosacNaify, 2013.

NUNES, Sidemar Presotto (Org.). **Agroecologia: Uma abordagem crítica**. 1. ed. Ijuí: Unijuí, 2014.



PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e impérios agroalimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

_____. Dez qualidades da agricultura familiar. **Revista Agriculturas**: experiências em agroecologia. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2014.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento**: incluyente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SCHULTZ, Theodore W. **A transformação da agricultura tradicional**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1995.

TOURAINÉ, Alain. **Crítica da modernidade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

VEIGA, José Eli. Agricultura familiar e sustentabilidade. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**. EMBRAPA, v. 13, n. 3, p. 383-404, 1996. Disponível em: <<http://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/9009/5115>>. Acesso em: 10 mai. 2015.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A valorização da Agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Curitiba: Editora da UFPR, 2000. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/made/article/viewFile/22105/14471>>. Acesso em: 10 mai. 2015.

WILKINSON, John. **Mercados, Redes e Valores**: o novo mundo da agricultura familiar. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008.